



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de assinatura de
protocolo de constituição da empresa de
desenvolvimento do pólo gás-químico/RJ*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 9 DE JANEIRO DE 1996

Senhor Ministro Raimundo Brito, Ministro de Minas e Energia; Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador Marcello Alencar; Senhor Secretário-Executivo do Conselho Coordenador das Ações Federais no Rio de Janeiro, Dr. Raphael de Almeida Magalhães; Senhores Senadores; Senhor Senador Presidente do meu partido; Senhores Deputados; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores;

Esta cerimônia singela marca mais um passo na direção dos nossos compromissos com o Rio de Janeiro e com o Brasil.

Na verdade, faz poucos meses, graças ao entusiasmo de um conjunto de pessoas – e quero agradecer, aqui, muito especialmente, ao Dr. Raphael de Almeida Magalhães, que foi quem nos ajudou a coordenar projetos e forças para que, junto com o Governador Marcello Alencar, que tem sido esse Governador excepcional do Rio de Janeiro, fosse possível chegar-se aos resultados a que estamos chegando – graças a essa ação e à competência do Ministério de Minas e Energia e de seu Ministro, Ministro Brito, nós conseguimos cumprir aquilo que

háviamos antecipado não só na campanha eleitoral, mas, posteriormente, em conversas com as lideranças do Rio de Janeiro.

O Governo Federal acreditou, e acredita, na recuperação da economia do Rio, e até mais do que da economia, do charme do Rio, da capacidade que o Rio tem de servir, como disse em algum momento, de farol para o resto do Brasil e de mostrar fora do Brasil a nossa pujança. Esse nosso compromisso não se limita à questão desse Pólo Gás-Químico, mas se estende à construção do Porto de Sepetiba, alcança a questão do Teleporto, se preocupa com aquilo que tem sido, hoje, a preocupação obsessiva e correta do Governador Marcello Alencar, que é a segurança do Rio de Janeiro.

É claro que o Rio de Janeiro tem uma série de outras demandas e uma série de outras possibilidades, que não se esgotam nesses projetos que mencionei. Mas é preciso marcar, é preciso dar concreção à ação de Governo; e é preciso sempre salientar quais são as obras que permitem essa concreção. Creio que nós caminhamos. Caminhamos. Devo confessar-lhes que, no início, eu próprio imaginava as dificuldades que teria para justificar o “porque não”. E acabei, em vez de justificar o “porque não”, tendo o prazer de assistir a cerimônias nas quais nós assinamos o “porque sim”.

Mais ainda: a concepção desse grupo, desse Conselho Coordenador, tem muito a ver com as modificações que estamos fazendo na estrutura do Estado brasileiro. Não mais se trata aqui de uma ação isolada do Governo Federal, nem mesmo de uma ação apenas entre o Governo Federal e o Governo Estadual. Trata-se de uma convocação da sociedade. Daí a presença dos empresários; e daí o fato, talvez não muito freqüente, de que estejamos assistindo à Petrobras e a uma série de companhias, no setor petroquímico, unidas para darmos novos passos.

Não faltou quem ficasse assustado, no começo do ano, com as decisões que nós tomamos, sempre com o apoio da direção da Petrobras, no sentido de revertermos a situação em que aquela empresa estava congelada por um monopólio que dava a ilusão de que a beneficiaria. Na verdade, a Petrobras hoje sabe que a flexibilização do monopólio per-

mitiu a ela livrar-se de algumas amarras – espero que se livre de outras mais – e que, com a competência de que ela dispõe, isso vai permitir uma ampliação da atividade concreta dessa companhia, em cooperação estreita com outras companhias. E é o que estamos vendo agora, aqui, num modelo novo, modelo em que se distribuem as funções de maneira adequada, desde o refino do óleo até o aproveitamento de subprodutos, *upstream*; e discutidas com a participação dos vários níveis dessa produção, do setor privado e da Petrobras, sem que isso gerasse qualquer dificuldade maior, que não tivesse sido superada pela competência dos já aqui mencionados Governador Marcello Alencar, Dr. Raphael de Almeida Magalhães e Ministro Raimundo Brito.

É um modelo novo, que implica, já, uma reformulação da ação do Estado. E foi com esse mesmo espírito que fizemos, no Rio Grande do Sul, o Pólo Petroquímico. Eu me recordo de que estava em Campos, no Rio de Janeiro, na campanha eleitoral, quando lá houve muitas pressões – está aqui o Secretário Ronaldo César Coelho, que, em matéria de pressão, é imbatível, e de simpatia também; estava lá, o tempo todo, a falar de um pólo petroquímico; e outros mais, que também falavam do pólo petroquímico. Confesso que, naquele momento, dado o que acontecera na antiga União Soviética e nos preços competitivos dos produtos petroquímicos no mundo, eu tinha uma certa resistência a criar-se um pólo petroquímico adicional. E nós termos algumas complicações de mercado. Depois – por sorte para todos nós – a vida provou que eu estava errado e que havia condições de fazer-se esse pólo gás-químico no Rio de Janeiro e, além do mais, de duplicarmos o pólo petroquímico no Rio Grande do Sul.

Então, é realmente com muita alegria que registro esse fato. E quero registrar também que, nessa modificação da estrutura do Estado, vê-se que o funcionamento desse Conselho se deu ao abrigo do Ministério do Planejamento, que, ao invés de competir com a ação de órgãos que dinamizam, fez o contrário: ajudou na formulação disso, permitiu que houvesse aproveitamento maior de recursos não diretamente localizados no aparelho federal, mas que são indispensáveis no mundo de hoje, para podermos transformar as metas em realizações.

Estamos aqui falando da parte petroquímica, porque é o que corresponde, hoje, ao Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Mas estamos fazendo o mesmo em outras áreas – na de rodovias, na de energia, elétrica, hidrelétrica, na de telefonia e assim por diante. Quer dizer, estamos reconstruindo o modo pelo qual há o entrosamento entre o Estado, a estrutura estatal, o setor do empresariado e as regras que o Congresso elabora, para que o Brasil possa enfrentar esse novo momento da sua História.

De modo que quero congratular-me com todos vocês por esta realização e dizer também que o “pedido-insinuação” do Governador, que já foi, até certo ponto, comentado pelo Ministro de Minas e Energia, é muito fácil para mim. Sabe o Presidente da Petrobras que, no mundo de hoje, não é o Presidente da República quem resolve essas coisas – são questões técnicas –, é o Dr. Rennó. Se não fosse assim, eu estaria crucificado em cada um dos Estados do Nordeste.

Mas como, na verdade, nós estamos passando para uma outra fase, em que as decisões são de nível muito mais técnico – e mais ainda agora, quando vamos ter competição livre, em que empresas privadas podem entrar para fazer as refinarias, os pólos onde queiram –, isso vai aumentar o grau de racionalidade das decisões. Não quer dizer que, dentro do coração, cada um de nós não possa torcer e o Governador Marcello Alencar, com a enorme habilidade que tem, não vá influir no sentimento dos técnicos. Mas espero que mantenham a cabeça fria e que, quem sabe, os sentimentos possam coincidir. Mas que a decisão seja técnica. E já vi que o Ministro, aqui, abriu uma perspectiva de enormes reservas, que poderão alentar, acalantar mais esse sonho de todos nós, de mais uma refinaria, que não será em detrimento da refinaria do Nordeste, mas em acrescentamento às refinarias que eventualmente possamos fazer no Nordeste do Brasil.

Creio que já falei demais, mas não queria deixar de comentar que 1996 é um ano no qual vamos precisar multiplicar esse tipo de realizações. Retomar crescimento é coisa fácil de falar, mas custa esforço. E o principal é a taxa de poupança, é o investimento. E o que estamos fazendo é isso. Estamos assistindo aqui à organização de recursos que

vão canalizar-se para o investimento. Esse investimento vai gerar, certamente, bem-estar material e empregos. E isso está em marcha.

Não se trata de apertar um botão e ter a realização: trata-se de reestruturar o Estado, motivar as pessoas, organizar projetos, tomar decisões, plantar para colher. Estamos plantando, e vamos colher – o Brasil vai colher. Se não der para a maturação desses investimentos – de todos eles, certamente, não será possível – acontecer durante o meu mandato, será durante outros mandatos. De qualquer maneira, será em benefício do povo e do país, do Brasil.

Precisamos, efetivamente, enfrentar o desafio do crescimento econômico. Não podemos contentar-nos com taxas, embora boas, que não sejam ainda satisfatórias, do ponto de vista da geração de oportunidades para os brasileiros, geração de emprego, sobretudo. E essa matéria, que é preocupação constante, é preciso que tenhamos, também, clareza sobre ela.

Ainda este fim de semana, estive revendo indicadores sobre o desemprego, e é preciso que se saiba, também, que no ano de 1995 houve a menor taxa de desemprego de que se tem registro, pelos dados do IBGE. É praticamente igual às taxas de que temos conhecimento pelo Dieese. Então se perguntará: por que se fala em desemprego, se as taxas de desemprego caíram ou se mantiveram estáveis? É porque as taxas espelham uma realidade global; porque, na verdade, o que está havendo é uma modificação na estrutura do emprego: diminui a oferta do emprego industrial e aumenta a oferta do emprego no setor terciário, dos serviços. E é claro que não são os mesmos que encontram emprego no setor de serviços; ou, se pegam o setor industrial, não necessariamente, automaticamente, são reempregados no setor de serviços. Ou seja, embora a taxa de desemprego esteja moderada, das mais moderadas do mundo, em termos de IBGE – 4.68% –, isto é, em termos comparativos (poucos países têm uma taxa tão baixa: Japão tem a metade disso, mas os outros têm o dobro, o triplo disso) não consola os que perderam o emprego.

Então, a ação do Governo, nessa matéria, já está sendo feita, o Ministro do Trabalho sabe disso, está empenhado nessa matéria; o do Planeja-

mento também, noutra área, que é a do retreinamento – no ano passado, retreinamos 250 mil pessoas. Não foi o Governo Federal: foi o Governo Federal em convênio com os Estados. E, este ano, o nosso programa vai alcançar quase 1 milhão de pessoas. Então, todo esse esforço de crescimento, de investimento, é importante, vai dar certo, está dando certo, mas não dispensa a preocupação constante com a área social, sobretudo, com a questão do emprego.

De qualquer forma, creio que os rumos estão traçados E só tenho que, mais uma vez, felicitar a todos vocês e desejar que essa cooperação entre a Petrobras e várias empresas importantes do Brasil, aqui representadas, resulte, o quanto antes, em realizações materiais. Tenho certeza de que isso vai ocorrer, e, quem sabe, o próximo Presidente me convide para assistir à instalação da destilaria no Rio de Janeiro, porque leva muito tempo para construir.

Muito obrigado.